

CARTA ABERTA AOS CANDIDATOS A PREFEITOS E VEREADORES

Qual a cidade que precisamos? Um pacto pela qualidade das cidades.

Às vésperas de novas eleições municipais, o CAU/RO - Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Rondônia, subscreve o documento produzido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, manifestando suas preocupações sobre o insustentável modelo de crescimento que colapsou as cidades brasileiras, alerta para a responsabilidade histórica dos futuros prefeitos, e expõe sua visão sobre como atender aos desejos, necessidades e direitos dos cidadãos à cidade, reafirmando sua posição política na Sociedade de promover Arquitetura e Urbanismo para Todos.

Considerando as diversidades socioeconômicas de nossas cidades, algumas características são comuns, diferenciando-se apenas nas dimensões:

1. **Crescentes problemas de mobilidade** em decorrência da prevalência do automóvel, da deficiência dos transportes públicos e desprezo histórico pela acessibilidade;
2. **Grave carência de infraestruturas**, como serviços deficientes de abastecimento d'água, esgoto e remoção de resíduos sólidos, particularmente nas áreas periféricas;
3. **Degradação dos espaços públicos**, que vem perdendo sua importância como lugar de vida coletiva, e **dos centros históricos**, que tem perdido importância simbólica, política e econômica;
4. **Fragilidade da relação cidade-meio ambiente**, fruto principalmente da expansão urbana em áreas inapropriadas ou ocupação de áreas úmidas, provocando enchentes, desmoronamentos de morros e encostas;
5. **Enormes periferias**, muitas vezes promovidas pelo próprio poder público por meio de programas habitacionais desconectados da malha urbana;
6. **Falta de uma distribuição estratégica** dos equipamentos de educação, saúde, cultura e lazer no território, e
7. **Incapacidade técnica e econômica** de fazer frente a esses problemas.

Este processo é, em grande parte, fruto do **desmantelamento do planejamento urbano** ocorrido no Brasil nas últimas décadas nas três esferas administrativas. Em oposição a esse cenário, o CAU/BR, que no Estado de Rondônia reúne hoje 634 (seiscentos e trinta e quatro) profissionais ativos, defende um **pacto pela qualidade da cidade**, baseado em instrumentos políticos de gestão pública transparentes e inclusivos.

O pacto teria dois grandes fundamentos:

1. Plano de desenvolvimento urbano integrado e integrador da cidade e seu desdobramento para as escalas do bairro, da quadra, da rua e do lote; e
2. Monitoramento constante das metas desses planos, a ser efetuada pelos gestores das cidades, com total transparência para a população.

1. PLANEJAMENTO URBANO

Cada escala de território urbano necessita de planos e projetos específicos integrados e integradores, as cidades médias e pequenas restritas ao território municipal devem ter Planos Urbanísticos, na dimensão da cidade, do bairro, da quadra, da rua e do lote.

Os projetos setoriais devem romper a lógica da compartimentação das políticas públicas, adotando uma visão integradora e:

1. **Priorizar o pedestre**, criando condições para que as pessoas utilizem as ruas e se sintam seguras. Deve-se somar esforços para criar espaços públicos mais qualificados e atrativos, com diferentes tipologias e usos e com fachadas ativas que atraiam mais pessoas.
2. **Tornar nossas cidades socialmente inclusivas**, oferecendo mais oportunidades de interação social e de crescimento pessoal e coletivo, e promovendo espaços para todos os segmentos e faixas etárias, eliminando formas de segregação e exclusão física ou espacial.
3. **Priorizar empreendimentos habitacionais para população de baixa renda** agregados a um projeto de cidade, aproveitando a infraestrutura existente nas áreas urbanas já consolidadas, não periféricas. As favelas devem ser consolidadas e integradas à cidade, recebendo infraestruturas e equipamentos públicos de alta qualidade. Para tal, devem ser efetivados programas de assistência técnica gratuita para construção e reforma de moradias de população de baixa renda, incluindo a (re) qualificação do lugar com equipamentos públicos.
4. **Adotar o modelo de cidade ambiental e socialmente sustentável**, incentivando a arborização urbana, estimulando a eficiência energética, o baixo consumo de carbono, a crescente substituição por fontes de energia renováveis e a reutilização dos resíduos. A cidade precisa ser mais resiliente a catástrofes. Áreas sujeitas a inundações, desmoronamentos e outras fragilidades urbanas e ambientais devem receber planos contingenciais que contenham ações imediatas para evitar riscos.
5. **Promover a preservação da memória paisagística, urbanística e arquitetônica da cidade**, ação fundamental para reforçar a identidade e o senso de pertencimento dos cidadãos. Os planos de conservação dos centros das cidades devem recoloca-los na dinâmica da cidade, mas preservando suas características morfológicas e tipológicas. Novos edifícios e equipamentos devem ser inseridos de forma cuidadosa na malha urbana e os espaços públicos devem ser tratados com qualidade.
6. **Valorização das frentes de água, integrada aos corredores verdes** reestabelecendo conexões com rios, riachos, lagoas e áreas úmidas, aproveitando seu potencial paisagístico e tratando seus problemas de saneamento. Sistemas de parques, essenciais para o desenvolvimento da fauna e biodiversidade, devem ser propostos com o objetivo de integrar estes espaços e devolvê-los aos cidadãos.
7. **Associar mobilidade e território**, gerando uma rede de transporte público articulada, de forma a gerar mais densidade, mas com qualidade e diversidade de usos. As políticas

de mobilidade devem priorizar o transporte público de alta capacidade (metrô, ônibus, trem) articulados a outros modais, como devido incentivo aos ciclistas e pedestres.

8. **Assegurar que as contratações de serviços de arquitetura e urbanismo e engenharias sigam às devidas especificações técnicas dos serviços a serem contratados pelos órgãos públicos.**
9. **Devem considerar a confecção de editais consistentes como base essencial para a realização de licitações de obras públicas a serem implementadas obrigatoriamente apenas após a elaboração prévia de projetos completos de Arquitetura e Urbanismo.**
10. **Adotar o critério da melhor técnica no julgamento de licitações para projetos de Arquitetura e Urbanismo para obras públicas,** considerando-se que são serviços de natureza predominantemente intelectual.
11. **Disponibilizar informações com total transparência e utilizar intensamente boas práticas de comunicação social,** para sua melhor compreensão e possibilidade de reflexão autônoma da comunidade.

3. MONITORAMENTO DE METAS

A governança da metrópole, das cidades metropolitanas e das pequenas e médias cidades restritas ao território municipal deve ter o compromisso político de implantar os instrumentos de planejamento. Tais governanças precisam se qualificar tecnicamente para monitorar a execução dos planos. Os planos urbanísticos devem prever indicadores de qualidade de vida urbana conectados com a realidade física.

Neste sentido, é necessário:

1. **Cumprimento obrigatório da revisão dos planos** com o uso de uma metodologia transparente e com efetiva participação técnica e social;
2. **Repensar a representatividade** do Conselho da Cidade e demais Conselhos;
3. Construção de instrumentos que possibilitem uma **ampla participação popular**;
4. **Formação de uma rede de instituições públicas e privadas** que possam estabelecer um canal de relacionamento sobre o desenvolvimento urbano do Município;
5. **Formação de um corpo técnico qualificado e permanente, possibilitando a existência de um planejamento de longo prazo,** requisito básico para obtenção de recursos orçamentários para investimentos públicos;
6. **Investimentos em bancos de dados especializados que possibilitem informação em tempo real** (Sistema de Informação Geográfica, condições de moradia e acesso a infraestrutura, renda básica, saúde, educação, licitações e sistemas de tributação);
7. Elaboração de um **sistema de informações cidadã** sobre: agilidade e criação de meios para **atenuar a burocracia e os custos do sistema de regularização fundiária e imobiliária**;
8. **Utilização de indicadores sociais** como parâmetros de auxílio ao planejamento.

A governança cidadã e o planejamento urbano qualificado e rigorosamente monitorado são essenciais para o acesso a recursos orçamentários ou financiamentos para a implementação das diferentes ações que viabilizem o projeto de cidade dentro da premissa de Arquitetura e Urbanismo para Todos.

Este é o **pacto pela qualidade da cidade** que o CAU/BR e CAU/RO propõem à Sociedade e aos candidatos a prefeitos e vereadores de nosso estado.

Com ele, a Sociedade tem em mãos parâmetros para orientar sua reivindicação por **idades mais dignas e justas**, na perspectiva de uma gestão democrática baseada no planejamento e organização, com a garantia da **continuidade de planos, projetos e ações sem a demarcação do calendário eleitoral**.

Por sua vez, os políticos contam aqui com as bases para a formulação ou aperfeiçoamento de seus programas de governo integrados à visão de um planejamento de longo prazo que expresse o compromisso com uma **agenda urbana transformadora** do destino das cidades e dos cidadãos brasileiros.

Porto Velho, Setembro de 2016.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Rondônia CAU/RO

CAU/RO

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Rondônia